



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

RAFAEL GOMES DE SOUZA POMPÍLIO

FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AS NOVAS
DIRETRIZES CURRICULARES

Recife

2021

RAFAEL GOMES DE SOUZA POMPÍLIO

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AS NOVAS
DIRETRIZES CURRICULARES**

Trabalho de Monografia apresentado ao departamento de Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr. Rosângela Lindoso.

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P789f Pompílio, Rafael Gomes de Souza
Formação Inicial em Educação Física frente as novas Diretrizes Curriculares / Rafael Gomes de Souza
Pompílio. - 2021.
41 f.
- Orientadora: Rosângela Cely Branco Lindoso.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Educação Física, Recife, 2021.
1. Formação. 2. Educação Física. 3. Diretrizes Curriculares. 4. Mercado/Mundo do trabalho. I. Lindoso,
Rosângela Cely Branco, orient. II. Título

CDD 613.7

RAFAEL GOMES DE SOUZA POMPÍLIO

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AS NOVAS
DIRETRIZES CURRICULARES**

Banca examinadora

Prof. Dr^a Rosângela Cely Branco Lindoso (UFRPE) - Orientadora

Prof^a. Dr^a Andrea Carla de Paiva (UFRPE)

Prof. Dr^a Maria do Socorro Valois Alves (UFRPE)

Aprovada em ____ de _____ 2021.

Dedico este trabalho a minha mãe que me incentivou desde sempre para alcançar essa conquista. E aos meus professores por toda a dedicação durante a formação.

Agradecimentos

A minha família...

Aos meus amigos

Aos professores do curso

A minha orientadora

“Não importa o que fizeram com você. O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você”. (Jean-Paul Sartre).

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal descrever o processo de fomento e implementação das diretrizes curriculares para a Educação Física balizadas pela resolução CNE/CES 06/2018. Assim como se atentar a pertinência em fazer um paralelo com o processo demonstrado na conjuntura da diretriz anterior, resolução CNE/CES 07/2004. Para tanto utilizamos uma revisão sistemática onde buscamos artigos nas bases de dados Scielo e Lilacs. Ao todo foram disponibilizados 54 artigos onde utilizamos em nossas análises 13 por de fato contemplarem o nosso objeto e se enquadrarem nos critérios. Podemos identificar através de nossas análises que o campo de disputa segue firme entre os dois grandes polos, um defendendo a manutenção da divisão e outro que defende a reunificação dos cursos de Educação Física. No entanto ainda precisamos de mais estudos para conseguir identificar a materialidade da atual diretriz curricular que ainda é uma resolução recente.

Palavras-chave: Formação; Educação Física; Diretrizes curriculares; Mercado/mundo do trabalho.

Abstract

The main objective of this work was to describe the process of fostering and implementing the curriculum guidelines for Physical Education defined by resolution CNE/CES 06/2018. As well as paying attention to the pertinence of drawing a parallel with the process demonstrated in the context of the previous guideline, resolution CNE/CES 07/2004. For that, we used a systematic review where we searched for articles in the Scielo and Lilacs databases. In all, 54 articles were made available, which we used in our analyses, 15 because they actually included our object. We can identify through our analysis that the field of dispute remains firm between the two great poles, one defending the maintenance of the division and the other defending the reunification of Physical Education courses. However, we still need more studies to be able to identify the materiality of the current curriculum guideline, which is still a recent resolution.

Keywords: Training; PE; Curriculum guidelines; Market/world of work.

Sumário

Introdução.....	9
Metodologia	21
Formação em Educação Física e realidade concreta: conjuntura para a formação em duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado).....	29
Formação inicial em Educação Física e Diretrizes curriculares: Análise do movimento das diretrizes CNE/CES 07/2004 e CNE/CES 06/2018	35
Considerações Finais.....	36
Referências	36

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise histórica podemos perceber, ao longo da trajetória da Educação Física brasileira, um alinhamento de suas finalidades com as demandas do contexto sócio-político da sociedade que se altera a partir de tais demandas.

Segundo Castelani Filho (1988), a Educação Física promoveu durante um dado período a formação do trabalhador saudável (higienismo); posteriormente centraliza-se para o objetivo da disciplina necessária ao período militar (militarismo); e passa também para a ênfase da detecção de atletas e massificação do sentimento nacional também necessário ao período ditatorial (esportivismo).

Podemos identificar que Educação Física nos períodos citados foi de grande valia para a escolarização dos trabalhadores em formação da sociedade capitalista. No entanto, na atualidade é possível, por vezes, perceber a forma secundária que está disciplina curricular, é tratada no contexto escolar. Sobre isto Nozaki (2004) diz que:

Se considerarmos que, historicamente, ela era ligada, sob o ponto de vista dominante, a uma formação de um corpo disciplinado para obedecer subordinamente, adestrado a repetições de exercícios e visando a aptidão física, funcional ao fordismo, percebemos que esta caracterização não é mais central para a demanda de formação do trabalhador de novo tipo para o capital (p. 143-144).

Desta forma entendemos que as finalidades, e por conseguinte, a formação e a prática pedagógica – o trabalho – na Educação Física tendem a alinhar-se aos projetos societários que estiverem numa correlação de forças mais favorável, e assim nos colocamos em movimento para a disputa de um projeto de sociedade que permita o desenvolvimento do humano, e não que este esteja subordinado as demandas de reprodução do capital através do trabalho alienado. Pois, “As leis são determinadas pela base material da produção da vida e decorrem da luta travada na superestrutura da sociedade para manutenção/superação do modo de produção” (TAFFAREL, 2012 p.2).

Situado pela conjuntura necessária ao desenvolvimento do capital Frigotto (1996) argumenta que:

A Educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sobre as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir, ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e a sua reprodução (FRIGOTTO, 1996, p.30).

O modo de produção capitalista se caracteriza pelo seu período de crises cíclicas, devido à sua própria estrutura de superprodução, onde em cada momento o sistema se utiliza de estratégias para gerir a crise, e, desta forma, recompor as taxas de lucro da classe dominante (os detentores dos meios de produção), ou seja, a pretensão não está em alterar o modo de produção e sim a sua reprodução. “Na contemporaneidade, os referidos ajustes são representados, sobretudo, pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva”. (MACIEL et al., 2011, p. 20).

A reestruturação produtiva do capital, balizada pelo modelo Toyotista, que se traduz na execução de princípios da “desespecialização” não somente do trabalho operário, mas também, globalmente ainda, do trabalho geral da empresa (CORIAT, 1994, p. 58), onde sua implementação se deu principalmente após a crise dos anos 70, quando o capital necessitava de um novo modelo de acumulação, já que o fordismo (produção em massa) não se justificava mais, uma vez que necessitava de um consumo em massa, inviável para aquele contexto de crise.

De acordo com Antunes (1999) características como “gestão participativa”, “qualidade total” Círculos de controle de qualidade são marcantes nesta nova concepção de organização do processo de trabalho. Características estas que para a classe trabalhadora, ou como denomina o autor classe-que-vive-do-trabalho “atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (p. 21).

Partir de uma análise da crise estrutural do sistema capitalista se faz pertinente pelo entendimento de que não se pode analisar a formação em Educação Física como se ela fosse uma ilha que estaria, no caso, “fora da realidade concreta” (SANTOS JÚNIOR, 2005).

Por isso existe a pertinência em se fazer as relações entre a demanda do capital em formar um novo tipo de trabalhador, flexível, polivalente, com vistas a atender as “tendências” do mundo do trabalho precário na referida área do conhecimento. Sendo a sociedade capitalista caracterizada pela divisão social em duas grandes classes fundamentais e de interesses antagônicos: a burguesia e o proletariado, onde a primeira detém os meios sociais de produção, restando ao proletariado a oferta da força de trabalho enquanto mercadoria a ser comprada pela burguesia gerando para esta a mais-valia.

Neste sentido, para o Coletivo de autores (2012) este tipo de sociedade não pode ser compreendida enquanto sendo a que todos os indivíduos tem interesses comuns pois,

Os interesses imediatos da classe trabalhadora podem ser expressos na sua necessidade de sobrevivência, na luta cotidiana pelo direito ao emprego, ao salário, à alimentação, ao transporte, à habitação, à saúde, à educação, enfim, às condições dignas de existência. E seu interesse histórico vem se expressando através da luta política para tomar a direção da sociedade, construindo a hegemonia popular.

No que tange os interesses da classe burguesa, do ponto de vista imediato, é a necessidade de acumular riquezas, gerar mais renda, ampliar o consumo, o patrimônio etc. E do ponto de vista histórico, seu interesse é pela manutenção do status quo mantendo a posição privilegiada e a qualidade de vida decorrente dela (Coletivo de Autores, 2012).

Em decorrência das necessidades imediatas da classe burguesa, baseadas na concorrência intercapitalista e sua lógica de superprodução, o sistema do capital entra em um período de crises cíclicas caracterizando-se enquanto uma contradição em relação a todas as outras épocas históricas, tal como Marx e Engels em 1848 descreveram no manifesto do Partido Comunista:

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um

paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da superprodução. (MARX ; ENGELS, 2008, p. 4 - 5).

O esgotamento do padrão Taylorista/fordista e do estado de bem-estar social, que foram substituídos pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, enquanto estratégias para gerência da crise dos anos 70 – que por sua vez foram estratégias para a gerência da crise de 1929 (MACIEL et al., 2011) - modificaram a composição da classe trabalhadora.

Para Antunes e Alves (2004), que se contrapõem as teses que propagam o caráter secundário do trabalho dentro do processo produtivo esta – classe trabalhadora – não é idêntica a dos meados do século passado, no entanto “não está em via de desaparecimento nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante” (p. 336).

Nestes termos podemos contextualizar a composição da atual classe trabalhadora – os que vivem da venda da sua força de trabalho e não possuem os meios de produção – nas seguintes características: retração do proletariado fabril, estável e especializado herdeiro do padrão Taylorista/Fordista; aumento de formas precárias de contratos de trabalho nos setores fabril e de serviços; aumento significativo do trabalho feminino, caracterizado historicamente por salários inferiores aos dos homens; significativa expansão dos assalariados médios no setor de serviços expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização, representando cerca de 70% nos EUA com taxas semelhantes na Europa; dentre outras (idem).

Acompanhada a essa caracterização da classe trabalhadora atual soma-se a ideologia do processo de organização fabril Toyotista onde o trabalhador criativo, líder, empreendedor, em última instância flexível, que parece estar com uma maior participação no processo produtivo, na verdade representa que “a forma de implicação do elemento subjetivo na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral” (ibidem).

A formação polivalente que deve conseguir as competências técnicas para a intervenção no mercado de trabalho precário e incerto é a grande

prerrogativa da formação dos que só possuem sua força de trabalho para vender e assim garantir sua sobrevivência, os trabalhadores.

Cabe também lembrar a ênfase da formação do trabalhador com vistas ao empreendedorismo, neste quesito, a Educação Física se destaca na perspectiva de ocupar os espaços não escolares a exemplo das academias de ginásticas e os clubes, fortalecendo o profissional liberal da Educação Física (SILVA et al., 2009).

Neste sentido, Santos Júnior (2005) caracteriza, dentre outras, esta nova forma de organização da formação dos trabalhadores da seguinte maneira:

A palavra de ordem é flexibilidade [...] pode ser vistas em sua correlação com as chamadas novas tecnologias com o recurso à terceirização, inovações na gestão da empresa (donde a formação/educação desenvolve papel chave promovendo a flexibilidade em termos ideológicos – nova postura profissional {cooptação} – ou em termos de formação técnica – qualificação, possibilitando a construção de mapas de versatilidade) organização da produção (just in time) e organização do trabalho (polivalência facilitada pelo medo do desemprego, atração pelo novo e pela precária organização sindical) (p. 26-27).

A reestruturação produtiva, representada pelo modelo Toyotista, promove uma intensificação da “subsunção” do trabalho ao capital, em que o trabalhador está cada vez mais afastado de sua subjetividade no trabalho. Através do discurso da maior “participação” do trabalhador no processo de trabalho com trabalhos em equipe e supervalorizando também sua criatividade para atingir taxas mais altas de lucro para o capital, e por isso mesmo, na verdade esconde-se o caráter de alienação enfatizada nesta fase de reestruturação do capital.

E ainda “dissemina novas objetivações fetichizadas que se impõem à classe-que-vive-do-trabalho”. Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de se qualificar melhor e se preparar mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade” (ANTUNES; ALVES, 2004).

Ou seja, o que importa aqui são as formas a serem incorporadas pelos trabalhadores para a intervenção no mercado de trabalho. Na Educação Física, não por acaso, existe a tendência à valorização para o setor das academias de

ginástica, em especial na expressão do personal trainer e na extensão dos demais setores privados.

Os embates oriundos do processo de formulação das novas diretrizes curriculares para a Educação Física representam as duas possibilidades de formação dentro do modo de produção capitalista. A primeira representada pela concepção neoliberal que trata a educação “enquanto um consumo e não um direito público inalienável” (TAVARES, 2009, p. 22).

E outra que se contrapõe a perspectiva de se moldar exclusivamente ao mercado desconsiderando o acúmulo científico da área. Na conjuntura da Educação Física enquanto uma prática pedagógica que esteve, e ainda está, em consonância com os interesses da manutenção do Status quo cabe ao conjunto da área voltada para os interesses das camadas populares outra concepção de formação.

Partindo do pressuposto que a reestruturação é alcançada através de mudanças na estrutura política atingindo todos os elementos da organização social, inclusive na formação, onde existem como preocupação fundamental as políticas de competências necessárias para inserção do trabalhador no mercado de trabalho, secundarizando a formação humana, e que tais mudanças se expressam de forma que a formação da classe trabalhadora seja “precarizada” tornando-a um instrumento de dominação que serve para a manutenção do capitalismo.

Desta forma Taffarel (2012) classifica enquanto elementos da desqualificação da classe trabalhadora

A divisão na formação acadêmica, que fragiliza, pelo esvaziamento teórico, a formação dos trabalhadores. [...] e] na inserção e atuação nos campos de trabalho, delimitando a atuação e, com isto, restringindo a intervenção da classe trabalhadora nos campos de trabalho. O aparato legal daí decorrente é resultante, portanto, da economia política e das leis gerais que regem o capitalismo. (pág. 100).

Na conjuntura visualizada pela autora, ao analisarmos a formação em Educação Física orientada pela resolução CNE/CES 07/2004, percebemos a desqualificação na formação tanto com a divisão como na limitação dos

ambientes de atuação. Da mesma maneira vem se caracterizando a atual diretriz CNE/CES 06/2018.

O estudo de Ribeiro et al (2015) ao analisar a materialização da proposta da licenciatura plena de caráter ampliado na Universidade Estadual do Pará diz que:

(...) o que tem prevalecido não são as discussões sobre currículo, epistemologia e formação humana, mas sim, questões sobre a “legalidade” da formação ou se, as instâncias da justiça têm sentenciado favoravelmente a tal concepção. Conseqüentemente, tal situação tem fragilizado o aspecto mais legítimo das instituições universitárias, que seria pensar as suas propostas formativas. Isto deve-se exclusivamente ao sistema CONFEF/CREF que além de conseguir materializar a fragmentação da formação em Educação Física, concorre com as esferas do sistema de ensino, disciplinando sobre questões que fogem das suas competências (p. 11).

Com a proposta formativa, de maneira a restringir a área de intervenção dos profissionais de Educação Física, entendemos ser pertinente essa análise com vistas a entender a formação em Educação Física na atual fase de reestruturação capitalista. Entendendo que “a luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e a sua adaptabilidade e funcionalidade” (FRIGOTTO, 1996, p.31) aonde vem se configurando a luta na perspectiva de uma nova proposta.

Assim, partiremos do entendimento de que a Educação e a Educação Física, a formação da classe trabalhadora, está em sintonia com as demandas do capital em crise vislumbrando uma formação de um trabalhador com ênfase nas competências mínimas para a intervenção no mercado de trabalho precário, que para manter-se empregado deve sempre estar antenado as “tendências do mercado”, afastando da formação humana que caminhe para o entendimento das demandas da classe trabalhadora pautada numa intervenção profissional que permita a compreensão da realidade concreta e contraditória que, enquanto sujeito histórico, pode intervir na perspectiva da superação das mazelas sociais que atingem as classes populares.

Diante de um contexto de continuidade no direcionamento da perspectiva formativa em duas modalidades definimos enquanto problema de pesquisa:

Como está se configurando o processo de implementação das atuais diretrizes curriculares (CNE/CES n. 06/2018) para a formação em Educação Física?

E como objetivos Geral: Analisar a literatura específica da área educação física no que tange o processo de fomento e implementação das atuais diretrizes curriculares para a formação em Educação Física.

Específicos: Identificar características centrais da proposta de formação das atuais diretrizes curriculares para a formação em Educação Física; Comparar o movimento de implementação da atual diretriz curricular para formação em Educação Física com a diretriz anterior visualizando suas aproximações e distanciamentos.

METODOLOGIA

Metodologicamente nos apoiamos em Kosik (1976) que propõe o “método da investigação”. O referido autor afirma que seu início o início do método da investigação se dá de forma arbitrária diferentemente do método da exposição, que consiste na explicitação do que a investigação se debruçou e assim “apresenta o desenvolvimento da coisa como transformação do abstrato em concreto”.

No entanto, não pode ser considerado apenas enquanto “um desenvolvimento evolucionista, é desdobramento, manifestação, e “compilação” das antíteses, é desdobramento da coisa por intermédio das antíteses” (p.39).

Desta forma recorrendo ao método da investigação nos aproximamos das categorias do materialismo-histórico-dialético na busca da explicitação do que nos propomos a desenvolver com referência no objeto em voga através das análises das múltiplas determinações que o compõem. Isto considerando que:

O caminho entre a caótica representação do todo, e a rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações coincide com a compreensão da realidade. (...) o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um detour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato o todo através da mediação da parte” (KOSIK, 1976, p. 36 - 37).

O método da investigação compreende três graus: 1) Minuciosa apropriação da matéria, pelo domínio do material; 2) Análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) Investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

As características de cada fase em nossa pesquisa estão abaixo apresentadas: 1) Minuciosa apropriação da matéria - corresponde a fase de levantar os componentes do objeto em seus detalhes mínimos a fim de relacioná-los em movimento constante. Assim nossa pesquisa se desenvolveu a princípio por uma revisão bibliográfica buscando analisar as formas de apreensão da matéria em voga, considerando teses, dissertações e artigos

científicos com fundamentação teórica no MHD. Bibliografia/literatura esta que contribuiu para formar o corpo teórico da pesquisa dando subsídios para a análise dos artigos selecionados a partir das bases de dados.

2) Análise de cada forma do desenvolvimento material – a partir da apropriação minuciosa da matéria é possível projetar parâmetros que balizam a compreensão da realidade, tais parâmetros podem ser denominados de categorias. Para tanto se faz pertinente elencar as categorias para análise, pois para (CHEPTULIN, 2004), A definição da natureza, do lugar e do papel das categorias está diretamente ligada à resolução do problema da correlação entre o particular e o geral na realidade objetiva, assim como à colocação em evidência da origem das essências ideais e da relação destas últimas formações materiais, com os fenômenos da realidade objetiva (p. 5).

Com base nesta argumentação pretendemos realizar nossas inferências a partir das relações existentes entre as determinações gerais dentro do modo de produção capitalista formando suas “formas ideais”, ou seja, por dentro das condições materiais de existência, bem como afirmou Marx, (2008) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (p. 48). Assim, a partir desta base teórica, existe a pertinência de considerar estas relações que permitirão a “destruição da pseudo-concreticidade” ou a “prática utilitária” do cotidiano de que fala Kosik (1976) através do método da ascensão do abstrato ao concreto.

O referido autor diz que este processo rumo a concreticidade “é um movimento no pensamento e do pensamento” e “é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto” (p. 36 - 37).

Neste interim nosso estudo tomou por base as seguintes categorias do método do MHD: a) totalidade concreta, b) contradição, c) realidade e possibilidades.

a) A categoria da totalidade concreta – esta categoria corresponde não a tudo o que existe, mas a tudo que é útil e necessário para o desvelamento do

real, é um todo estruturado. A partir desta categoria é possível diferenciar o que é essência e o que é fenômeno, “a coisa” ou a “representação da coisa”, ou como exemplifica Saviani (1996) sobre a diferenciação do concreto real (empírico, concreto ponto de partida) e do real concreto (concreto pensado, concreto ponto de chegada), assim o pensamento se dá a partir do que se manifesta no concreto real, é por onde tem sua base e através da mediação do abstrato chegasse ao real concreto, a realidade.

b) Categoria da contradição – esta categoria considera a contradição não enquanto falsidade, mas como uma unidade e luta dos contrários que travam uma relação dialética. E a partir desta “luta dos contrários” se forma a “unidade dos contrários” uma vez que os aspectos contrários “não podem existir um sem o outro” (CHEPTULIN, 2004, p. 287), assim pode-se entender o problema, não de maneira unilateral, que se pretende investigar e uma vez conhecendo tal conjuntura é possível lançar propostas em outro patamar.

c) O par dialético realidade e possibilidade – subsidiados em Kosik (1976) entendemos a realidade enquanto a totalidade concreta, “estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos” não compreender isto significa que “o conhecimento da realidade não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si (KOSIK, 1976, p. 44).” E a partir da compreensão da realidade formam-se as possibilidades, no caso de nosso estudo, de entender a formação em Educação Física na atual conjuntura. Devemos nos atentar também que “o estado real não é idêntico ao estado possível, o que existe não é idêntico ao que ainda não existe ao que será unicamente em certas condições” (CHEPTULIN, 2004, p.335).

3) Investigação da coerência interna – a partir da apropriação da matéria e da análise do desenvolvimento do material através das categorias é possível iniciar o método da exposição, pois agora o conhecimento se dá de forma coerente, conhecendo as múltiplas determinações do objeto em questão. É entender o que é fenômeno e o que é essência e que os mesmos compõem a realidade.

A partir de uma pesquisa exploratória e bibliográfica analisaremos o movimento de elaboração da atual diretriz curricular para a Educação Física aprovada em 2018, bem como estabelecer um paralelo com a diretriz anterior

atual diretriz curricular para a Educação Física foi aprovada em 2004. Buscaremos artigos dos últimos dez anos, pois entendemos que os artigos anteriores a publicação da diretriz também poderão contribuir para o entendimento dos princípios para a formulação da mesma. Mesmo porque tanto a atual diretriz quanto a anterior direciona a formação em duas modalidades: licenciatura e bacharelado.

Os artigos serão buscados nas bases de dados Scielo e Lilacs. Utilizaremos como critério de seleção os artigos que discutam o processo de fomento e/ou implementação das diretrizes curriculares. Artigos este que estejam disponíveis nas bases de dados em português e completos e que advinham a partir da busca “formação and Educação Física and diretrizes curriculares”.

Para a análise dos artigos selecionados utilizaremos a análise de conteúdo do tipo categorial temático que é definida por Bardin (2011) como um recurso técnico para análise de dados, provenientes de mensagens escritas ou transcritas, dividindo-se em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração, análise do material e tratamento dos dados interpretados, desmembrando o texto analisado em categorias para reorganização do objeto de estudo realizando inferências de acordo com as análises e discussões com a literatura.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REALIDADE CONCRETA: conjuntura para a formação em duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado).

O processo de formulação e implementação de diretrizes para a Educação Física vem por pelo menos por quase duas décadas sendo espaço para debates acadêmicos no que tange a possibilidade de divisão dos cursos com a resolução CNE/CES 07/2004 do CNE.

A diretriz atual de 2018 vem com uma proposta formativa que dar a possibilidade do estudante escolher sua especificidade a partir da metade do curso, ao contrário da anterior que o estudante já deveria entrar com seu curso direcionado por sua escolha na etapa de seleção.

No entanto essa possibilidade não altera os enfrentamentos na área onde parte dos sujeitos veem com bons olhos as duas possibilidades de graduação na área e outros que defendem uma formação única ou ampliada. Neste contexto buscamos visualizar essas semelhanças e diferenças neste movimento de implementação de diretrizes para educação física e confrontá-las com a realidade social.

Neste período de crise estrutural do capital o ensino superior tem uma bruta expansão, em especial nas instituições privadas. Nas últimas décadas, onde a Educação Física é um componente de destaque no aumento do número de vagas e cursos ainda maior que a média de todos os outros, uma vez que “este é um campo acadêmico profissional em expansão”, especialmente, como comercialização da formação superior. “As práticas corporais, direta ou indiretamente, também se constituem em um nicho de mercado em expansão, mesmo com todas as contradições aí implicadas” (SILVA et al., 2009 p. 01).

Na Educação Física, no processo de neoliberalização do ensino superior, existe um crescimento do número de matrículas e de concluintes - de aproximadamente, 680% e 543% respectivamente, entre 1995 a 2007 - acima da média para todos os cursos (247,48%). Ainda sobre o número de vagas, o crescimento salta de 7,83% entre 1995 e 1997 para 20,65% entre 1998 e 2007,

ou seja, posteriormente à regulamentação da profissão de Educação Física, o crescimento é acentuado.

A explosão do ensino superior privado cumpre uma indicação do Banco mundial que em análise feita em 2002 afirmava um nível muito baixo no número de pessoas cursando o nível superior no Brasil. Havia, então, potencial de crescimento a ser explorado como indicava aquela avaliação.

Quando o foco são as Diretrizes Curriculares para a formação de professores de Educação Física, Santos Júnior (2005) afirma que estas estão inseridas em um processo iniciado em 1997, quando o MEC/CNE fez uma convocação as IES para apresentarem propostas para novas diretrizes curriculares dos cursos superiores.

A elaboração dessas diretrizes coube às comissões de especialistas vinculadas à Secretaria de Ensino Superior do MEC (MUÑOZ et al., 2006). Ainda segundo Santos Júnior (2005), “as atuais DCNEF são a expressão contingente de uma necessidade histórica do capitalismo de garantir a hegemonia na direção do processo de formação humana, da qual a Educação Física é parte integrante (p. 54).

Retomando a história, poderemos perceber o movimento estreito entre as demandas do capital e a formação em Educação Física, bem como da ênfase na dicotomia teoria prática e do distanciamento para a organização do trabalho pedagógico.

Podemos visualizar, dentro deste contexto, que a Educação Física esteve historicamente ao lado de uma metodologia de ensino que esteja voltada aos interesses dominantes, mantendo a estrutura da sociedade capitalista buscando formar o homem forte, apto, empreendedor que disputa uma situação social privilegiada na “sociedade competitiva da livre concorrência: a capitalista”. E ainda distancia o homem de sua consciência enquanto um sujeito histórico, alienando-o e “apoiando-se na filosofia liberal de obediência, respeito às normas e à hierarquia para a formação do caráter do sujeito” e na “pedagogia tradicional influenciada pela tendência biologicista para adestrá-lo” (Coletivo de Autores, 2012, p. 36).

Esta perspectiva na prática pedagógica vem mudando a partir da década de 80 com o processo de redemocratização no país, momento em que surgiram novas práticas inclusive mais voltadas para a totalidade e a formação humana. No que tange a formação em Educação Física, do ponto de vista histórico, nas primeiras décadas do século XX a fundamentação teórica mais valorizada era proveniente das ciências biomédicas, soma-se a isso a concepção de ser humano e de sociedade higienista na perspectiva de combate às doenças, a influência militar.

Os militares cumpriram um importante papel para o “processo de consolidação e desenvolvimento da Educação Física, contudo, foi no âmbito escolar, sob o discurso biomédico, que ela conquistou espaço no cenário social” (SILVA et al., 2009). Neste sentido, a formação em Educação Física já apresentava ambiguidades desde então.

O fundamento teórico era advindo dos médicos e biólogos e a didática era uma função atribuída aos militares. Nesse período o enfoque formativo para a área era enfatizado pelo conhecimento prático. No entanto, em 1968, o Ministério da Educação designa o grupo de trabalho para a introdução de disciplinas pedagógicas para a Educação Física, porém não garantindo a unidade curricular ou a incorporação destas nas escolas de formação. Com isso, perdeu-se a oportunidade de construir uma unidade teoria-prática (idem).

Com a abertura política, e o decorrente acréscimo do caráter científico para a educação e para a intervenção social, a Educação Física substitui o enfoque eminentemente técnico para um científico. “os cursos tiveram um aumento significativo de disciplinas teóricas com uma valorização destas em relação às chamadas disciplinas práticas ou técnicas, mais ligadas às práticas corporais”.

Esta visão mais academicista contribuiu para um distanciamento entre o saber científico e o saber fazer e, mais, nesse momento não focalizou suas preocupações para a práxis pedagógica. Além do reforço à dicotomia teoria e prática, ampliou-se a dualidade formação e intervenção. Desta forma está formado o terreno para a possibilidade na divisão entre licenciatura e bacharelado, respaldada pela resolução 03/87.

Somada à dualidade na formação, a exigência mercadológica por profissionais cada vez mais especializados acabam por gerar formações diversas que têm a raiz na Educação Física, como: gestão do esporte; gestão em lazer, bacharelado em esportes; atividade física e esporte; ciência do esporte; promoção de eventos, esporte e lazer; treinamento físico e esporte, dentre outros (Idem).

Esta perspectiva, que acentua a dicotomia e a divisão entre as áreas do conhecimento, não se propôs a considerar a importância do trabalho pedagógico. O processo de formulação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física (DCNEF 07/2004) via comissão de especialistas, se deu de maneira inconciliável uma vez que estava sendo direcionada pela divisão na formação; pela ênfase nas competências; a questão do objeto de estudo - na perspectiva do movimento humano - (FRIZZO, 2010) e a concepção de ciência (SANTOS JÚNIOR, 2005).

O que podemos observar neste processo de fragmentação, atendendo aos ditames do mercado, é o reforço e consolidação de um discurso cientificista, com fortes marcas biomédicas que se pautam pelas formas de controle e disciplinamento dos corpos (SILVA et al., 2009).

Na conjuntura da Educação Física enquanto uma prática pedagógica que esteve, e ainda está, em consonância com os interesses da manutenção do Status quo cabe ao conjunto da área voltada para os interesses das camadas populares outra concepção de formação. Este movimento se dá, na medida em que caminhe para uma dimensão de currículo que tenha “como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória” (Coletivo de Autores, 2012, p. 28).

A formação em Educação Física provavelmente continue fragilizada, uma vez que “não se leva em conta a organização do trabalho pedagógico, a produção e apropriação do conhecimento” (SANTOS JÚNIOR, 2005, p.64)

Postas as condicionantes para a formação dos trabalhadores, estão, neste momento, levantadas as possibilidades para a análise da formação em Educação Física nos referindo à impossibilidade de analisar a formação em

Educação Física de maneira isolada, “fora da realidade concreta” (SANTOS JÚNIOR, 2005).

Assim, entendemos a pertinência de pontuarmos que a Educação Física historicamente esteve, e ainda está, em consonância da sociedade capitalista passando pelos períodos do higienismo (saúde do corpo trabalhador), do militarismo (formação do soldado e da ordem vigente) e da esportivização (com o sentimento de identidade nacional e a busca por atletas).

No entanto, a formação com o novo paradigma direcionada pelas políticas de competências para a empregabilidade e o empreendedorismo, a Educação Física, na escola, começa a perder espaço para disciplinas que estejam mais próximas a tal concepção.

Para Antunes (2012) a questão do tempo é bastante importante nas relações de produção capitalista, inclusive Marx pontua em diversos trechos d'O Capital a relação tempo como medida da sociedade. E como se alterou essa relação tempo espaço na produção, e assim esta produção

também é outra. A educação, dizem os ideólogos do capital, deve ser outra. (...) uma educação, ágil, flexível e enxuta. Como a empresa. (...) é uma educação enxuta para uma empresa [enxuta] com cada vez menos trabalhadores e trabalhadoras (p.22).

Assim a educação para a reprodução do modo de produção do capitalismo se baliza tanto pelo viés da especialização decorrente do caráter fragmentário de produção do binômio taylorista/fordista como o viés da flexibilização na era da acumulação flexível (ANTUNES, 2012).

Ou seja, mesmo com a perspectiva central do trabalhador flexível, polivalente, da reestruturação produtiva o caráter de especialização não é por todo descartado, pelo contrário é incorporado a este trabalhador flexível, que deve buscar incansavelmente a sua empregabilidade no “mercado competitivo” caracterizado pelo desemprego estrutural.

Para contextualizar nosso entendimento acerca do nosso papel frente a formulação das diretrizes trazemos o pensamento de Taffarel (2012) que afirma que:

As leis são determinadas pela base material da produção da vida e decorrem da luta travada na superestrutura da sociedade para manutenção/superação do modo de produção (TAFFAREL, 2012).

Com base na argumentação acima referida entendemos que o que se materializa na mesma – lei, no caso as atuais DCNEF - é um conjunto de múltiplas determinações que se manifesta nas experiências do campo da prática objetivada na universidade.

Entendemos que a conjuntura que se expressa nas questões de projeções mundiais rebatem nas especificidades e nas singularidades formando um todo socialmente determinado, e por isso acreditamos que tais relações devem ser consideradas ao se tratar da temática de formação na singularidade da Educação Física nas universidades.

Além do mais a literatura aponta uma série de estudos que demonstram a estreita relação entre a necessidade de moldar a formação da classe trabalhadora, na especificidade da EF às necessidades do capital em crise (NOZAKI, 2004; SANTOS JÚNIOR, 2005; LEMOS et al., 2012; TAFFAREL, 2012).

E essas “projeções” de cunho geral, específico e singular são forjadas por dentro das relações materiais de produção. Onde, dentro dos limites de nosso estudo, do ponto de vista mais geral temos a sociedade dividida em duas classes fundamentais de exploradores e explorados, onde os primeiros buscarão de todas as formas dar sobrevida ao sistema do capital, precarizando as condições de vida dos explorados, através do domínio do capital sobre o trabalho.

Na especificidade do campo da educação, no contexto da reestruturação produtiva, temos o que Nozaki (2004) chama de necessidade da “formação do trabalhador de novo tipo para o capital”. Onde o trabalho é subsumido ao capital de forma ainda mais intensa do que a época do padrão de produção Fordista, de forma que o capital busca “capturar a subjetividade do trabalhador” através de demandas de caráter criativo, de participação em grupo, de liderança, de empreendedorismo, etc. sendo estas, dentre outras, as características necessárias ao trabalhador de novo tipo.

Demandas estas que nascem com um discurso de maior participação do trabalhador no processo de trabalho que se contraporia ao padrão fordista de mecanização do trabalhador, no entanto tais demandas já são projetadas pelo capital em sua atual necessidade, que, assim, não estará em consonância com os interesses reais dos trabalhadores, sobretudo no que tange um projeto histórico para além do capital (ANTUNES; ALVES, 2004).

Na singularidade da Educação Física podemos perceber que o trabalho na área, no atual contexto de reestruturação capitalista, sofre as suas “mutações”. Para Nozaki (2004) esta fase compreende a ênfase no modelo das competências e a Educação Física que cumpriu um importante papel para o projeto de formação dominante hoje não se configura com um papel central, onde a ênfase recai justamente em disciplinas que “tentariam dar o aporte funcional dos conhecimentos mais recentemente desenvolvidos”, a exemplo da informática. E assim ainda segundo este autor, setores conservadores da área buscam resolver a situação colocando a ênfase da área da educação física para outro campo de atuação, o não escolar, contemplando assim os anseios do capital.

Descrever as expressões de nosso objeto de estudo no geral, no particular e no singular nos permite identificar que os mesmos não estão em caixas isoladas sendo elementos comunicáveis.

A partir do direcionamento da Educação Física do setor escolar para o não escolar alavancado pela conjuntura da própria reestruturação produtiva, a Educação Física não é mais protagonista do projeto dominante de formação. E ainda dentro deste contexto está a desvalorização do magistério e a expansão do setor de serviços, com o avanço neoliberal (MACIEL et al., 2011).

Assim, projetar as primeiras pistas para o desvelamento da correlação de forças presentes nas disputas do projeto de formação para a Educação Física. Sobre isso Nozaki (2004) afirma que além do amoldamento às demandas do capital com as mudanças do campo de trabalho:

Houve, concomitantemente, a reorientação do conteúdo do trabalho, este último compreendido como um conjunto de sistematizações de concepções e práticas no âmbito pedagógico. Assim, é possível apontar que a disputa sobre a

concepção de Educação Física trata-se do próprio confronto dos projetos antagônicos de modelo de sociedade (p.24).

Neste contexto podemos visualizar a articulação entre o projeto histórico hegemônico, o capitalista, e suas expressões na atual fase de reestruturação capitalista e as implicações para a proposta de formação da classe trabalhadora e na singularidade da Educação Física.

Formação inicial em Educação Física e Diretrizes curriculares: Análise do movimento das diretrizes CNE/CES 07/2004 e CNE/CES 06/2018.

Nesta fase do trabalho iremos expor nossos achados frente a literatura produzida nos últimos 10 anos acerca do movimento inerente a formulação e implementação de diretrizes curriculares com base em nossos critérios definidos para esta pesquisa – artigos originais dos últimos 10 anos disponíveis nas bases de dados Scielo e Lilacs, selecionados pela busca “Formação and Educação Física and Diretrizes curriculares”.

Analisando a literatura optamos em expor nossos achados a partir de 2 tabelas. Na primeira tabela será demonstrado trabalhos oriundos da base de dados Scielo e a segunda da Lilacs. A partir da nossa busca ficou disponibilizado um total de 15 artigos na Scielo onde 4 foram aproveitados para nossas análises. Na base da Lilacs foram disponibilizados 39 artigos onde 11 foram incorporados à nossa investigação. Desta maneira, temos um total de 15 artigos nas duas bases.

A distribuição dos artigos que discutem sobre a resolução anterior (CNE/CES 07/2004) se mostrou bem maior do que a da diretriz atual (CEN/CES 06/2018), mesmo porque esta diretriz é bem recente. Apenas dois artigos trataram da especificidade da diretriz de 2018 e ou outros 16 da resolução de 2004. Seguem as tabelas

ANO	TÍTULO	AUTOR
2013	Diretrizes curriculares da educação física: reformismo e subordinação ao mercado no processo de formação	Veronez et al. 2013. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 809-823, out./dez. 2013
2014	Organização curricular dos cursos de educação física no paraná: características da licenciatura e do bacharelado	Pizani e Rinaldi 2014. Rev. Educ. Fís/UEM, v. 25, n. 1, p. 95-108, 1. trim. 2014
2019	Formação Superior em Educação Física no Brasil: um estudo de caso.	Dias et al. 2019. Educación Física y Ciencia, Vol. 21, Nº. 4, 2019.

2021	A trajetória histórica das leis e diretrizes curriculares nacionais para a área de formação em educação física	Metzner e Drigo 2021. Rev. Bras. Hist. Educ., 21, e154 2021.
------	--	--

Os textos de Veronez et al (2013) e Pizani e Rinaldi (2014) tratam das caracterizações observadas a partir da diretriz de 2004. Veronez faz uma análise das relações da diretriz com as necessidades das demandas do mercado de trabalho, onde afirma por exemplo que a diretriz atendeu:

(...) quase que completamente às recomendações dos organismos internacionais (sobretudo, BM e BIRD), foi encaminhado com o objetivo de adaptar as políticas de formação às demandas provenientes da esfera do novo e precário mundo do trabalho. (...) Propôs-se uma nova formação visando a “profissionalização” da EF e a criação de trabalhadores “aptos” a submeterem-se às condições que o “novo” mercado oferecia, quais sejam, a superexploração do trabalho, a impossibilidade de acesso a direitos sociais e trabalhistas, a baixa remuneração, entre outros (p.819).

No entanto o trabalho de Pizani e Rinaldo (2014) destoa um pouco do que desenvolvemos ao longo de nosso texto afirmando da necessidade em fomentar nos cursos de Licenciatura e Bacharelado o desenvolvimento de suas “identidades próprias” conforme preconiza a resolução de 2004. Podemos visualizar que existiu certa dificuldade em identificar identidade própria entre os dois cursos.

Quanto à identidade e características próprias para os cursos de educação física em licenciatura e bacharelado, percebemos certa falta de identidade a partir dos documentos analisados (PP). Já no discurso dos coordenadores de cursos verificamos que estes possuem características próprias (p.106).

De acordo com as autoras do ponto de vista dos documentos existem dificuldades em diferenciar dois cursos de educação física, mas que tais diferenças ocorreram no discurso de coordenadores. Nos parece ainda mais difícil que as diferenças se manifestem na realidade dos cursos uma vez que nem mesmo nos documentos estão claras as diferenças.

No mesmo sentido o trabalho de Dias et al (2019) defende que tanto a resolução de 2004 quanto a de 2018 reforçam a fragmentação do conhecimento

da Educação Física e em pouco contribui para uma formação crítica. De acordo com as autoras:

De maneira característica, no currículo pesquisado a separação entre cursos distintos da formação superior em Educação Física não parece ocorrer de fato, dada à quantidade de disciplinas e ementas em comum. (...) As novas Diretrizes Curriculares em Educação Física reforçadas no texto da Resolução CNE/CES nº 06/2018 vêm confirmar um projeto de formação unilateral e fragmentada, pois, além de regulamentarem a divisão do curso em duas modalidades distintas, não aponta um escopo teórico crítico de formação. (...) os cursos superiores em Educação Física corroboram com a mercadorização do ensino e a lógica empresarial capitalista, pois deixa com que as IES escolham de forma arbitrária quais modalidades serão oferecidas e como serão oferecidas.

Com relação ao trabalho de Metzner e Drigo (2021) os autores vão defender o marco da resolução CNE/CES 07/2004 enquanto um ponto positivo para a área e que qualifica a formação. Sobre a diretriz CNE/CES 06/2018 os autores identificam possíveis brechas que podem não permitir critérios claros acerca do processo formativo da Educação Física. Nas palavras dos autores a partir da divisão oriunda da resolução de 2004, que passou por...

(...) diversos debates acadêmico-político-científicos e por modificações expressas nas leis, a grade curricular desses dois cursos foi organizada de uma maneira que contemplasse as exigências do ensino formal e do ensino não formal. Assim, ambas as áreas puderam criar uma identidade própria e isso culminou com uma formação mais significativa para os alunos que ingressavam nos cursos, bem como abrangeu um currículo específico para cada área de atuação (p. 21).

Sobre a resolução de 2018 os autores argumentam que pairam, para eles, ...

certas dúvidas e inseguranças em relação aos rumos que os cursos de educação física tomarão e as possíveis alterações que serão realizadas na grade curricular. Dentre essas preocupações temos a questão do estágio e da não obrigatoriedade de as IES ofertarem as duas etapas específicas de formação (p.21).

Estas análises que fizemos a partir dos artigos da base de dados Scielo nos permitem afirmar que a correlação de forças no projeto de formação continua acesa mesmo com a alteração das diretrizes, onde continuam dois polos, cada

um defendendo sua posição acerca da formação em Educação Física em duas modalidades e sua real contribuição.

Na base de dados Lilacs encontramos um total de 11 artigos, no entanto 2 deles já discutimos nos artigos buscados na Scielo pois estava presente nas duas bases de dados, desta maneira iremos trabalhar com 9 artigos neste bloco da Lilacs.

Nenhum destes 9 artigos tem o marco temporal da resolução atual (CNE/CES 06/2018). Podemos identificar entre os artigos 3 grupos de argumentação distintos, mas que fazem parte de um mesmo movimento: a) Crítica a formação em duas modalidades relacionando a fragmentação do curso com as demandas do capital em crise; b) Defesa de consolidar os dois cursos fortalecendo argumentos de que os dois teriam identidade própria. C) Movimento acerca da minuta de 2015, que propunha a reunificação dos cursos de Educação Física.

ANO	TÍTULO	AUTOR/REFERÊNCIA
2012	As contradições do processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de formação em Educação Física e os movimentos de resistência à submissão ao mercado.	Lemos et al 2012. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 27-49, jul/set de 2012.
2014	Diretrizes curriculares nacionais e suas repercussões nos currículos de formação docente em educação física	Marques e Figueiredo 2014. Motrivivência v. 26, n. 43, p. 30-43, dezembro/2014.
2014	Diretrizes curriculares para a formação em educação física: camisa de força para os currículos de formação?	Alves e Figueiredo 2014. Motrivivência v. 26, n. 43, p. 44-54, dezembro/2014.
2014	Contribuição à crítica da formação de professores de educação física: em defesa da licenciatura ampliada	Almeida e Silva 2014. Motrivivência v. 26, n. 43, p. 104-117, dezembro/2014.
2014	Diretrizes Curriculares Nacionais e o processo de formação de professores em Educação Física: análise a partir da legalidade, conhecimento e mundo/mercado de trabalho	Souza et al 2014. Motrivivência v. 26, n. 43, p. 17-29, dezembro/2014.
2016	Análise da minuta de projeto de resolução de diretrizes curriculares nacionais para o curso de educação física e a questão da formação para a docência na educação básica	Rodrigues et al 2016. Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.
2016	Formação profissional em educação física para o setor da saúde e as diretrizes curriculares nacionais	Oliveira e Andrade 2016. Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.
2016	A formação sitiada. diretrizes curriculares de educação física em disputa: jogo jogado?	Castelani Filho 2016. Pensar a Prática,

		Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.
2016	Conflitos e tensões nas diretrizes curriculares de educação física: o campo profissional como um espaço de lutas e disputas	Souza Neto et al 2016. Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.

Lemos et al (2012) e Souza et al (2014) fazem parte dos grupo de artigos que relacionam a formação em duas modalidades com as demandas do mercado de trabalho. Para os autores existem contradições no processo quanto à...

concepção dos grupos de interesse que defendem uma formação subsumida às demandas "do" e "das" leis do mercado (mercado este que nesse período se consolida no processo de mudança em função da reestruturação produtiva e do Estado no Brasil) (...) (p. 42).

Os trabalhos de Marques e Figueiredo e Alves e Figueiredo centram atenções sobre a importância em garantir de fato que os cursos de licenciatura e bacharelado tenham identidade própria. Alves e figueiredo (2014) alertam sobre a polarização acerca do debate sobre as diretrizes curriculares. Para as autoras:

o debate entre aqueles que defendem uma formação especialista e aqueles que demandam por uma formação ampliada, apresenta-se algumas vezes uma concepção de currículo estática, como se ele não fosse passível de interpretação. Diante desse entendimento as diretrizes curriculares são vistas muitas vezes como a grande vilã no debate em torno da fragmentação da educação física (p. 2014).

Já os trabalhos mais recentes trabalharam sobre a questão da discussão da proposta de reunificação dos cursos de Educação Física. Este período histórico se caracterizou como uma esperança para os que entendem a Educação Física enquanto um curso único.

Souza Neto et al (2016) reforçam a ideia do campo de disputa acirrado acerca da unificação X divisão dos cursos onde os debates ocorridos no período de 2015 - 2016...

se apresentou como um “campo de forças” e um “campo de disputas” em que os agentes atuam conforme suas posições relativas nesse espaço social, conservando, mudando ou transformando a sua estrutura, buscando consolidar certa hegemonia.

De acordo com Rodrigues et al (2016):

uma das finalidades do “Projeto de Resolução” é tentar resolver uma situação jurídica conflituosa que se refere ao exercício profissional em ambientes não formais por parte de licenciados em Educação Física, um problema real de caráter social que não deve ser ignorado. Entretanto, a solução proposta pelo CNE, por meio da Minuta, mimetiza a legislação anterior e é repleta de lacunas quando o foco recai em um projeto formativo para a docência na Educação Básica (p. 717).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que nos propomos a fazer neste trabalho: uma análise sobre o fomento/implementação da atual Diretriz curricular para Educação Física (CNE/CES 06/2018) bem como estabelecer relações com o fomento e desenvolvimento da diretriz anterior (CNE/CES 07/2004) podemos identificar que a formação em educação física continua enquanto um espaço de forte correlação de forças mesmo com as alterações das diretrizes.

Foram poucos os trabalhos discutidos por nós a partir de nossas buscas que estavam num marco temporal a partir de 2018 quando a diretriz CNE/CES 06/2018 foi aprovada, apenas 2 (dois) acreditamos muito que em virtude de ser uma resolução ainda recente.

No entanto, nos parece que as propostas formativas continuarão neste processo de disputa entre os que defendem a formação dividida e os que defendem a formação unificada. Com base nos artigos analisados a diretriz atual de 2018, assim como a anterior CNE/CES 07/2004 continuam sendo balizadas pelos ditames do mercado de trabalho apesar de que sim existem trabalhos que argumentam sobre a uma possível qualificação na área com a formação em duas modalidades. Ao mesmo tempo em que existe a defesa em consolidar a “identidade própria” de cada uma das modalidades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Da especialização à flexibilização: as formas da educação no modo de produção capitalista.** In: FARIA, A. F. Trabalho, Educação e reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 8.ed.[S.l.]: Cortez, 1999.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc , Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTELANI, F.L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** São Paulo: Papyrus, 1988.

CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista: Categorias e leis da dialética.** São Paulo: ALFA-OMEGA, 2004.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 2012.

CORIAT, B. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Revan, 1994. DIAS JÚNIOR, E. M.; LIMA, T. F. **MNCR: 10 anos na Luta pela Regulamentação do Trabalho.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIZZO, G. **Divisão da Formação em Educação Física: “crônica de uma morte anunciada.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p. 163-173, ago. 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACIEL, T.; BELLEI, R.; COIMBRA, T.; SOUZA, C.; LOPES, M. **Reordenamento do mundo do trabalho e a Educação Física.** In: DIAS

JÚNIOR, E. M.; LIMA, T. F. MNCR: 10 anos de luta pela regulamentação do trabalho. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. 116.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manifesto do Partido comunista**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MUÑOZ, G.H. et al. **Reforma curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física: Contribuições dos professores das redes públicas de ensino**. Pensar a Prática. Goiânia, v.9,n.2,p.231-248,2006.

NOZAKI, H. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho: Mediações da Regulamentação da Profissão**. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

RIBEIRO, G.; LIMA, J.; NETO, A.; SOARES, M. **Formação inicial em Educação Física e as repercussões da proposição de Licenciatura ampliada no CEFD/UEPA**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 18, n. 1, p.1-15, jan./mar. 2015.

SANTOS JÚNIOR, C. L. **A formação de professores de Educação Física: A mediação dos parâmetros teóricos-metodológicos**. 2005.194f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, A.M.; NICOLINO, A.; INÁCIO, H.; FIGUEREDO, V. M. C. **A formação profissional em Educação Física e o processo político social**. Pensar a prática. v.12,n.2, p. 1-16, maio/ago. 2009.

TAFFAREL, C. N. Z. **Formação de Professores de Educação Física: Diretrizes para a Formação Unificada**. Revista Kinesis, v 30, n1, 2012.

TAVARES, M. **Inovações pedagógicas no currículo dos cursos de formação de profissionais de Educação Física: Contribuições teórico-metodológicas da prática pedagógica**. Recife: EDUPE, 2009.